

APLs

Jefferson José da Conceição

Arranjo Produtivo Local, ou APL, representa a aproximação e o diálogo entre representantes de empresas de um mesmo território para uma ação coordenada, visando o crescimento da produção e da competitividade. O APL contribui para levantar problemas comuns às empresas e para elaborar e executar políticas (públicas e privadas) que promovam, de modo duradouro, o fomento da atividade produtiva no território. Na construção deste diálogo (“arranjo”), também costumam participar associações representativas dessas empresas, universidades, instituições de ensino técnico e gestão pública. Em regiões como o Grande ABC, onde o movimento sindical é forte e propositivo, o sindicato de trabalhadores igualmente costuma participar e até mesmo liderar os APLs. As empresas de um APL pertencem, em geral, a uma mesma cadeia produtiva, mas, em cada caso, o APL pode ganhar diferentes configurações: pode se constituir de empresas produtoras de bens finais similares; de bens finais e de fornecedores; de fornecedores; de prestação de serviços etc. Assim como as empresas podem ser de diferentes portes, nacionalidades, culturas empresariais. O APL pode ou não tornar-se uma pessoa jurídica.

Nas últimas décadas, os APLs passaram a ser olhados com mais atenção por parte de organismos internacionais e nacionais, consultores e estudiosos. A partir da experiência de diversos casos de sucesso, percebeu-se que esses arranjos costumam gerar vantagens competitivas estruturais para as empresas e territórios a eles associados. Os APLs promovem uma série de sinergias entre os participantes, incentivando a cooperação nas áreas de produção, comercialização, financiamento, formação de recursos humanos, engenharia, projeto e inovação. Isto, por sua vez, resulta em redução de custos, aumento das escalas de produção, incremento do valor agregado e expansão das áreas de pesquisa e desenvolvimento. Por esta razão, os APLs passaram a ser apoiados e estimulados. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como o BNDES, são exemplos de instituições que fomentam os APLs.

A política de desenvolvimento econômico de São Bernardo também trabalha nesta perspectiva de apoio ao surgimento e fortalecimento de APLs na cidade e região. Esta é hoje uma de nossas prioridades no campo empresarial, conforme nos orientou o Prefeito Luiz Marinho. Na indústria, são os seguintes os APLs que temos buscado priorizar: 1) Ferramentaria; 2) Autopeças; 3) Químico; 4) Defesa; 5) Móveis; 6) Panificação; 7) Gráficas. No segmento de comércio e serviços: 8) Restaurantes, bares e afins; 9) Turismo.

Em todos os APLs, buscamos produzir diagnósticos dos problemas, elaborar e executar propostas de soluções e gerar articulações diversas. Este esforço resulta na formulação e execução de uma Política Setorial com resultados para cada segmento em questão, e, deste modo, para a Região como um todo. Em nossa estratégia, procuramos sempre contar com o apoio e envolvimento de nossas entidades representativas, a saber: CIESP, ACISBEC, sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais, associações empresariais, universidades, entre outros.

Os bons resultados são visíveis e mensuráveis, como atestam os casos da ferramentaria, móveis e turismo.

Jefferson José da Conceição é o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo